



Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco de la Nación Argentina - Sucursal Brasil relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhada das notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis. O ano de 2022 foi marcado pela retomada da economia após o impacto decorrente da pandemia da COVID-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022. Os conflitos prejudicaram processos de produção, logística e abastecimento, especialmente na Europa, com consequente inflação e aumento nos preços de itens básicos. A economia brasileira, por outro lado, reagiu bem aos impactos

Balancos patrimoniais	Nota explicativa	2022	2021
Ativo/Circulante		52.047	23.272
Disponibilidade		4.472	738
Caixa e equivalente de caixa		4	373
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	4.099	-
Instrumentos financeiros		44.879	19.522
Títulos e valores mobiliários	6	-	-
Operações de crédito	7	10.560	6.766
Carteira de câmbio	7 e 8	34.319	12.754
Relações interfinanceiras		724	1.251
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2	1.251
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		675	1.251
Correspondentes		49	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7b	(156)	(83)
Operações de crédito		(104)	(21)
Carteira de câmbio		(142)	(62)
Outros ativos		2.128	1.844
Diversos	9	1.452	1.177
Bens não de uso próprio	10	652	652
Despesas antecipadas		24	15
Não Circulante		45.341	41.506
Instrumentos Financeiros		28.774	25.587
Títulos e valores mobiliários	6	28.744	25.575
Operações de crédito	7	30	12
Imobilizado de Uso		11.483	14.995
Imóveis de uso		23.172	23.172
Outras imobilizações de uso (Despesas acumuladas)		(9.796)	(9.622)
Intangível		11.172	923
Sistema de processamento de dados		157	157
Licenças e direitos autorais de uso		507	1.377
Software em desenvolvimento (Amortização acumulada)		(1.645)	(611)
Total do ativo		97.416	64.777

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital reavaliado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	12.941	-	-	(61.245)	30.190
Aumento de capital	10.426	-	-	-	10.426
Reservas de reavaliação	-	(81)	-	122	41
Prejuízo do semestre	-	-	-	(7.696)	(7.696)
Saldos em 31/12/2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Mutação do exercício	10.426	(81)	-	(7.574)	2.771
Saldos em 31/12/2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(81)	-	123	42
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.526)	(6.526)
Saldos em 31/12/2022	88.423	12.753	523	(75.222)	26.477
Mutação do exercício	-	(81)	-	(6.403)	(6.484)
Saldos em 30/06/2022	88.423	12.794	523	(70.646)	31.094
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(40)	-	61	21
Prejuízo do semestre	-	-	-	(4.637)	(4.637)
Saldos em 31/12/2022	88.423	12.754	523	(75.222)	26.478
Mutação do semestre	-	(40)	-	(4.576)	(4.616)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: O Banco de la Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco" ou "BNA") tem como objetivo a prestação de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BCBEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. O Banco é sucursal do Banco de la Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959. O Banco, tem apresentado queda no seu resultado, devido aos seguintes fatores: menor volume de operações de crédito, e os custos associados ao processo de encerramento da agência no Rio de Janeiro, que continuaram impactando negativamente no resultado. Também, concomitantemente a este evento, a redução da administração do Brasil reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalando esta agência de "Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando o para venda. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas pelo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotadas para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCBEN) e estão constando nos Planos Contábeis das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o BACEN divulgou a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, contendo os critérios gerais para elaboração, divulgação e envio de demonstrações contábeis. Por meio da Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022, que passaram a ser aplicadas a partir do exercício de 2022, principais alterações implementadas: as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados a partir de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos. Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de prováveis perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários nas demonstrações contábeis é na casa de milhares. A autorização para conclusão das demonstrações contábeis é dada pela Administração em 24 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **a. Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que os resultados são reconhecidos nos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die". As operações com taxas de câmbio são atualizadas até a data do balanço. **b. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **c. Aplicações interfinanceiras:** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos em moedas estrangeiras são avaliados em moedas nacionais convertidos em Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. **e. Depósitos Compulsórios:** Um instrumento do Banco Central para garantir a segurança do sistema financeiro. Isso é feito por meio de uma determinação para que bancos e outras instituições financeiras depositem, no BCB, parte de suas capacidades à vista, a prazo ou na poupança. **f. Instrumentos Financeiros: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.086/2003 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados conforme a intenção da Administração em títulos característicos específicos: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. **Operações Compromissadas:** As operações compromissadas referem-se à compra de títulos com o comprometimento de manter o investimento conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras do mercado. **Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: **(i)** Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e **(ii)** A avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma: **a)** A atualização dessas operações vendidas até 59º dia e contabilizada em "Receita" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente de seu nível de risco e, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas; **b)** As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecerá nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e contabilizadas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais; **c)** As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação são registradas em "Rendas a apropriar". **Operações de câmbio:** São demonstradas pelo valor de mercado, com base em avaliações de mercado, sendo classificadas em nível de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos níveis de risco. **Carteira de Câmbio:** As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base "pro-rata" dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidez duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, quando aplicável. Em 25 de novembro de 2020 o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 219 em 20 de março de 2021, onde dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicados a instrumentos financeiros. Esta Resolução revoga a Resolução 2682/99, as Circulares CMN nº 688/01 e 308/02, entre outras. Quanto à vigência da Resolução CMN nº 4.966 em 1º de janeiro de 2022 entram em vigor o artigo 24, os artigos 76 a 78, o inciso XIX do artigo 80 e janeiro de 2025 os demais dispositivos desta mesma Resolução. **Depósitos e repasses:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades. **Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas de câmbio vigentes no momento da avaliação. **Operações de câmbio:** São demonstradas pelo valor previsto na Resolução CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida a perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo não financeiro for maior do que o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo não financeiro é o maior valor presente líquido (o valor de mercado menos as despesas de venda) ou o valor de custo líquido de impostos, o que for maior. **i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** São contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.823/2009. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exatível. **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta o opinião dos Assessores Legais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis

da guerra e, por consequência, o Banco também não sofreu maiores impactos. A crise financeira na Argentina, apesar de ser a matriz do Banco, não trouxe maiores impactos para o Banco, uma vez que tivemos diversas operações referente confirmações de cartas de crédito e o risco para do Banco não mudou. Ateno ao planejamento estratégico definido para o Banco em 2022, foi possível alcançar um crescimento da carteira comercial de 29,3% quando comparado com o exercício anterior. O Banco tem buscado recuperar sua eficiência operacional realizando as adequações de infraestrutura (implantação do saque em Banco 24 horas, melhorias no Home Banking), diminuindo as despesas administrativas e buscando maior eficiência na administração dos recursos do

Demonstrações Contábeis - Exercícios em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)				
Balancos patrimoniais		Nota explicativa	2022	2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			66.684	29.924
Instrumentos financeiros			51.978	28.596
Depósitos			1.808	1.069
Obrigações por Operações Compromissadas		12	1.006	4.006
Obrigações por empréstimos e repasses		13	49.164	23.521
Relações Interfinanceiras			-	-
Relações Interdependências			268	121
Operações de crédito			263	121
Outros passivos			5	4
Cobranças/arrecadação de tributos e essem.		6	4	-
Fiscais e previdenciárias			136	121
Diversas			741	1.081
Provisão para garantias Financeiras Prestadas			13.555	-
Valores a pagar Sociedade Ligadas			4.254	1.891
Não Circulante			14.254	1.891
Outros passivos			838	880
Fiscais e previdenciárias			15	31
Provisões para demandas judiciais			25	416
Patrimônio líquido			16.478	12.962
Capital:				
De domiciliados no exterior		17a	88.423	88.423
Reserva de reavaliação		17b	12.754	12.834
Reserva para contingências			523	523
Reservas acumuladas			(75.222)	(68.818)
Total do passivo e patrimônio líquido			97.416	64.777

não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e tampouco divulgação; **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **h. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras até 31 de julho de 2022, incidente sobre o lucro, após considerados ajustes determinados pela legislação fiscal, conforme Lei 14.183 de 2021. E a partir de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022 será aplicada a alíquota de 21%, conforme previsto na Medida Provisória nº 1115 de 2022. **k. Imposto diferido:** Um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido. Assim, apesar das ações para aumento da carteira, o Banco não possui expectativa de lucro tributável. **l. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, refletindo "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para a liquidação do valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa		
Disponibilidades	373	738
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.099	-
Total	4.472	738

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

	2022	2021
Operações compromissadas - posição bancada		
Até 360 dias		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.099	-
Total	4.099	-

6. Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "títulos mantidos até o vencimento", para os quais não houve reclassificações nos períodos, são demonstrados a seguir o valor de custo atualizado: **a. Abertura por categoria/vencimento:**

	2022	2021
Carteira Própria		
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.049	24.126
Letras do Tesouro (LFT)	2.429	5.763
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	2.429
2.429	5.763	2.429
2.429	5.763	2.429
01/09/2025	14.620	18.363
14.620	18.363	14.620
14.620	18.363	14.620
Vinculado a garantia		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.779	3.612
Venda c/Compromisso de Recompra (LFT)	01/09/2025	3.814
3.814	1.006	3.814
3.814	1.006	3.814

b. Abertura por tipo de título:

	2022	2021
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.049	24.126
Total	28.744	25.575

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Banco possui capacidade financeira de manter os referidos títulos até o vencimento. **(*)** LFTs vinculadas a garantia estão distribuídas da seguinte maneira: R\$ 3.612 com vencimento em 1º de setembro de 2022 distribuído em garantia B3 individual e por operação e R\$ 1.006 vinculados com compromisso de recompra junto ao Banco Provisora. **7. Operações de crédito:** **a. Distribuição das operações por faixa de vencimento e tipo de produto:**

	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Operações de crédito			
Empréstimos e títulos descontados	1.509	-	1.509
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	34.319	-	34.319
Empréstimos a Pessoas Físicas	14	30	44
Financiamentos em moeda estrangeira	9.027	-	9.027
Subtotal	44.879	30	44.909
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(156)	-	(156)
Total em 31 de dezembro de 2022	44.723	30	44.753
Total em 31 de dezembro de 2021	19.439	12	19.451

Ocorreu no semestre a recuperação de R\$ 188 referente a operações de créditos que estavam baixadas para prejuízo. **b. Classificação das operações nos níveis de risco:**

Nível de risco	2022	2021
AA		
A	14.243	2.600
B	0,5	30.666
C	156	16.934
D	-	83
E	-	-
F	-	-
G	-	-
H	-	-
Total	44.909	156

c. Distribuição das operações por atividade econômica:

Atividade econômica	2022	2021
Sector privado:		
Indústria	42.049	17.340
Comércio	2.817	2.179
Pessoas físicas	44	15
Total	44.909	19.534

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações:

	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Operações de crédito - A Vencer						
Capital e Juros						
Empréstimos e títulos descontados	253	-	1.256	2.600	-	-
Adiantamento sobre contratos de câmbio	22.135	-	12.184	12.755	-	-
Títulos de crédito a receber	-	-	-	-	-	-

★ continuação

Aos Diretores do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)** - São Paulo - SP - **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) ("Banco")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Continuidade das atividades operacionais:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, na qual consta que o Banco mantém prejuízos acumulados de R\$ 75.222 mil e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.526 mil. Essas infor-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

mações denotam a necessidade de que a Diretoria continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do Banco. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto. **ênfase: Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº26 às demonstrações contábeis, na qual consta que o Banco possui operações passivas com partes relacionadas, no montante de R\$ 43.163 mil. Caso essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam vir a ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2023. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1. Alfredo Ferreira Marques Filho - Contador CRC 1 SP 154954/O-3.**

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 31/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/31/LANACION1568626931032023.pdf>
Hash: 16802097629fba2b4abfe40ed8c54fb089dcbc757